



O IMPACTO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS TRABALHADORES DO SUS REGIÃO DA AMURC

GOTER, Alessandra Aparecida¹

CAMPOS, Audrilara Arruda Rodrigues²

RESUMO: O objetivo deste estudo é conhecer dentro da perspectiva do materialismo histórico dialético o impacto das condições de trabalho dos trabalhadores do SUS da região da AMURC (Associação de Municípios da Região do Contestado). Objetivamos especificamente: Identificar como se estabelece as condições de trabalho dos profissionais de serviço social enquanto espaço de trabalho do SUS da região da AMURC; Identificar quais os fatores que interferem no processo saúde-doença dos trabalhadores do SUS da região da AMURC. Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa e para aprofundar o estudo adotou-se o estudo de campo, pesquisa de exploratória e bibliográfica. A coleta de dados se deu através de entrevistas semiestruturadas gravadas e a versão reduzida da Escala de Satisfação no Trabalho – EST (Siqueira - 2008). A análise temática se deu a partir das categorias: trabalho, saúde e adoecimento. Este estudo foi desenvolvido nos cinco municípios da região da AMURC (Associação de Municípios da Região do Contestado). As percepções encontradas nesse estudo indicam a necessidade de construir estratégias visando a melhoria nas condições de trabalho amenizando o impacto dos fatores que interferem no processo de adoecimento dos trabalhadores do SUS. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade do Planalto Catarinense, sob o parecer número 1.557.180.

Palavras-chave: Saúde. Adoecimento. Trabalho. SUS.

1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa compreende ampliar a discussão na área social das estratégias de atuação na promoção de saúde dos trabalhadores do SUS. Assim, conforme Yamamoto, ([200-], p. 06) reflete: “[...]os assistentes sociais atuam nas manifestações mais contundentes da questão social e tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais[...]”, ou seja, o impacto

¹ Acadêmica do curso de graduação em Serviço Social da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC-Lages/SC, auxiliar administrativo na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de Ponte Alta do Norte – SC. Email: alegoter@gmail.com

² Mestre em Ambiente e Saúde e Docente do curso de graduação em Serviço Social da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC-Lages/SC.

das condições de trabalho configura como questão social, portanto, é um objeto de intervenção do serviço social.

É certo que a saúde ocupacional teve muitos avanços, mas percebe-se a necessidade de uma atividade mais efetiva, pois ainda são insuficientes para atender essa demanda, sendo assim, é indispensável discutir e analisar os impactos das condições de trabalho na saúde destes trabalhadores. A pesquisa tem como intuito conhecer o impacto das condições de trabalho no processo de adoecimento dos trabalhadores do SUS das Secretarias Municipais de Saúde da região da AMURC (Associação de Municípios da Região do Contestado).

Afim de analisar os impactos na saúde dos trabalhadores do SUS objetivamos especificamente: Identificar como se estabelece as condições de trabalho dos profissionais de serviço social enquanto espaço de trabalho do SUS na região da AMURC; Identificar quais os fatores que interferem no processo saúde-doença dos trabalhadores do SUS da região da AMURC;

Tais inquietações permitiram definir as hipóteses a qual compreendemos que as condições de trabalho e saúde dos trabalhadores são precárias e interferem diretamente no processo de saúde, adoecimento e na qualidade de vida dos trabalhadores, os mesmos estão insatisfeitos com suas condições de trabalho e identificam ações que não condicionam impactos de qualidade na saúde e bem estar dos trabalhadores do SUS das Secretarias de Saúde da região da AMURC;

Alguns autores compreendem a saúde e doença envolvendo ambiente, estilo de vida, fatores sociais, culturais, entre outros. Sendo assim, quando o acesso as necessidades básicas são precárias ou insuficientes existe um processo chamado de saúde-doença. Compreendemos que a saúde e a doença não estão isolados e sim vinculados ao mesmo processo, pois há um processo que justifica a existência de saúde ou de doença que podemos identificar através da organização da sociedade.

De acordo com Artigo 3º da Lei Orgânica da Saúde – nº8080/1990:

Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

Desse modo, a saúde do trabalhador está vinculada com as atividades desenvolvidas dentro da instituição de trabalho, mas muitos ainda não compreendem a influência que o trabalho exerce diretamente na saúde, positiva e negativamente.

Segundo Dejours (1993):

O trabalho possui dois aspectos: o componente físico da carga do trabalho e o componente mental – percepção e tratamento das informações necessárias para a realização do trabalho. Para que o trabalho seja gerador de saúde, deve-se utilizar as aptidões psíquicas e psicomotoras do indivíduo, por intermédio do seu livre funcionamento. Caso contrário irá gerar aumento da carga psíquica e retenção de energia – tensão nervosa. DEJOURS, 1993 apud MORESCO, 2009, p. 350)

Assim, as atividades laborativas podem gerar saúde através da realização e reconhecimento profissional, se realizadas com condições de trabalho adequadas, caso contrário afetará diretamente a saúde ocasionando situações de enfermidades iniciadas através de estresse devido a organização do meio em que atua. As relações sociais externas do trabalhador também serão afetadas, como afirma Moresco, (2009, p. 352) “as alterações no funcionamento do organismo tanto irão mudar a relação com o trabalho, resultado e modos operantes, como também irão influenciar as relações sociais e familiares”. Entendemos que essas reações são advindas do cansaço, estresse e irritabilidade provocados pelos problemas identificados no ambiente de trabalho podendo afetar o desempenho e rendimento profissional.

Gomez et.al., (2011, p. 31) nos traz que “inexiste um diagnóstico de base sobre a situação de saúde dos trabalhadores brasileiros que possa fundamentar planos de ação viáveis e de acordo com o quadro real de necessidades”. Portanto, vale ressaltar a importância de estudos para levantamento das reais condições de processo saúde-trabalho-doença.

Contudo, a desprecarização do trabalho precisa ser a atenção principal do sistema, pois a valorização do trabalho é o princípio fundamental para edificar a identidade do profissional tendo como estrutura o desenvolvimento desses trabalhadores. Precisa-se trabalhar em uma perspectiva de atuação de forma criativa contribuindo para amenizar com a falta de organização do ambiente bem como o desgaste e cansaço do trabalhador e da equipe de saúde. Assim, esse é o intuito de nossa pesquisa, promover informações acerca dos agravos da saúde dos trabalhadores impactadas pelas condições de trabalho, a fim de contribuir para a organização do setor de saúde em um processo de humanização para possibilitar condições dignas aos trabalhadores, para que os mesmos possam atender aos usuários com condições organizacionais, sociais e psíquicas adequadas.

Este estudo utilizou uma abordagem qualitativa, estudo de campo, exploratória e bibliográfica, a coleta de dados se deu através de entrevistas semiestruturadas gravadas e a versão reduzida da Escala de Satisfação no Trabalho – EST (Siqueira - 2008). Este estudo foi

realizado nos cinco municípios da região da AMURC (Associação de Municípios da Região do Contestado) que é composta por 05 municípios: Curitiba, Frei Rogério, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília e São Cristóvão do Sul nas Secretarias Municipais de Saúde (SMS), Centro de Atenção Psicossocial (Caps), Estratégia de Saúde da Família (ESF) e demais segmentos do SUS.

Identificou-se na região que nos últimos 05 anos esse fenômeno de adoecimento vem se agravando e com o aumento de doenças percebe-se a exigência dos gestores para com esses profissionais nas intensificações dos ritmos laborais e defasagem de trabalhadores efetivos o que implica na precarização do trabalho. Precisamos dar importância no processo saúde-doença e pensar na promoção e prevenção da saúde dos trabalhadores.

O trabalho de campo foi realizado durante os meses de abril e maio de 2016 e os sujeitos da pesquisa foram os assistentes sociais e demais trabalhadores do SUS que concordaram em participar totalizando 15 (quinze) entrevistados: 4 assistentes sociais, 1 psicólogo, 2 odontólogos, 3 farmacêuticos, 4 enfermeiros, 1 fonoaudiólogo. O roteiro da entrevista consistia em 6 perguntas para os assistentes sociais e 4 perguntas para os demais trabalhadores do SUS com os seguintes temas: atribuições e competências, capacitação profissional, sobrecarga de trabalho e avaliação das estratégias de atuação acerca da saúde dos trabalhadores do SUS.

Segundo Vergara (2005) citado por Mozzato; Grybovski (2011 p.734) A análise de conteúdo constitui uma técnica que trabalha os dados coletados, objetivando a identificação do que está sendo dito a respeito de determinado tema, há necessidade da decodificação do que está sendo comunicado. Os dados foram ordenados e transcritos pela pesquisadora utilizando a técnica de Vergara para organizar e compreender os dados coletados através da pesquisa. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade do Planalto Catarinense, sob o parecer número: 1.557.180.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO: PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Dos 15 trabalhadores do SUS entrevistados, 100% dos assistentes sociais e 82% dos demais trabalhadores são do sexo feminino, com idade entre 21 a 40 anos, a maioria dos entrevistados estão formados entre 1 a 10 anos e o tempo de trabalho na saúde também está entre 1 a 10 anos de atuação, somente 27% atuam com carga horária inferior a 40h semanais,

a maioria possui especialização em sua área de formação bem como 75% dos assistentes sociais e 64% dos demais trabalhadores não tem outro vínculo empregatício.

3. CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS

No que se refere a participação e autonomia dos profissionais do Serviço Social na instituição as entrevistadas relatam *“não tenho essa autonomia, porque aqui é muito centralizado naquele que manda, tem que passar por todos os setores para autorização”* (entrevistada I), a **entrevistada (III)** relata que *“somos convidadas ou convocadas a participar somente quando de fato se exige nossa presença, autonomia no momento estamos com praticamente nada”*. Diante dos dados coletados identificamos que as entrevistadas não possuem autonomia e nem participação ativa nos processos organizacionais sendo reforçado a centralização e a hierarquização dentro das instituições em que atuam. Para tanto, compreende-se a importância da participação dos profissionais nos processos organizacionais para que sejam discutidas as reais condições dos usuários, bem como dos trabalhadores capaz de potencializar a gestão em favor da garantia de direitos sociais.

No que tange a questão sobre as demandas que não estão nas competências e atribuições do Serviço Social, as entrevistadas se referem conforme descrito a seguir: *“dentro do meu setor eu entendo que não há, todas são demandas do Serviço Social”* (entrevistada I), para **entrevistada (II)** *“encaminhamentos para fora da cidade, exames de alto custo, consultas porque muitas vezes os pacientes tentam pelo TFD mas levam 1 ano, 2 anos, então para facilitar eles vem aqui comigo e eu consigo um preço mais favorável para eles”*, a **entrevistada (III)** relata que *“desde que assumi o cargo de Assistente Social na Secretaria de Saúde deste município sempre desempenhei funções que não nos compete enquanto profissional do Serviço Social”* e para a **entrevistada (IV)**: *“na secretaria que atuo as funções são bem interpretadas”*. Com base nos dados coletados acima, entende-se que 50% das assistentes sociais atendem as reais demandas de serviço social em seus setores, porém os outros 50% afirmam que as atividades que exercem muitas não compete ao profissional. O Art. 2º do Código de Ética da profissão/1993 afirma *“não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções”*, porém, por não ser uma atividade proibida muitos assistentes sociais acabam realizando essas atividades que não são de competências do serviço social, para que os usuários possam ter acesso aos seus

direitos sociais, contudo, acabam realizando e acumulando funções que não são atribuições privativas da profissão de serviço social.

No que concerne as características das condições de trabalho das assistentes sociais relatam que *“divido a sala com mais 2 funcionários, os recursos humanos são ótimos, temos bons colegas de trabalho e materiais permanentes e expedientes são ótimos, nunca falta”* (**entrevistada I**), relata que *“estamos em tempo onde tudo está escasso, tanto de recursos humanos como de material principalmente material de expediente. Quanto a infraestrutura o local é bom, é arejado, claro, grande, mas ao mesmo tempo não nos possibilita e não nos oferece a privacidade necessária para o bom desempenho do nosso trabalho”*. Assim, fica evidenciado a referência a privacidade no atendimento aos usuários o que nos faz refletir quanto a eficiência da escuta e do atendimento qualificado. No entanto, nos preocupa a violação do sigilo profissional do Código de Ética/1993 que se refere no Art. 16º, a qual faz menção ao sigilo que *“protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional”*, assim, pode-se levar em consideração o atendimento que pode ficar fragmentado, pois o usuário pode não se sentir a vontade para relatar sua situação diante de outras pessoas que estão presentes na sala.

No que está relacionado a sentir-se sobrecarregado sobre as suas funções as assistentes sociais relatam: **entrevistada (I)** *“sim, dentro do meu setor desempenho habitação, benefícios eventuais, NASF e saúde, sobrecarrega sim e precisaria de um profissional para cada uma dessas áreas”*, para **entrevistada (II)** *“sobrecarregada não me sinto, existe a diferença de sobrecarregada e de estresse pelo acúmulo de problemas que a gente tenta resolver, absorve muito, então é um desgaste mental”*. A **entrevistada (III)** relata que *“sim, muito, o fato de não desempenhar apenas minhas funções como Assistente Social faz com que muitas vezes não consiga dar conta de todas as coisas que preciso fazer”* e para a **entrevistada (IV)** *“muitas atividades são realizadas em parceria com os demais setores da secretaria qual possibilita um desempenho facilitador, não acumulando apenas para o técnico”*. No entanto, somente 25% das entrevistadas relatam estar executando suas atividades tranquilamente, sem excessos, porém, as outras 75% entrevistadas relatam sobrecarga de trabalho, bem como desgaste mental. Quando trabalha-se com sobrecarga de atividades substituímos a qualidade por quantidade de trabalho fazendo com que surjam condições como estresse e desgaste mental, que possibilitam o surgimento de problemas para a saúde do trabalhador.

4. CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS TRABALHADORES DO SUS

Em relação as características das condições de trabalho dos demais trabalhadores do SUS citam: **entrevistado (I)**: “*condição de trabalho excelente em termos de infraestrutura, recursos humanos e materiais*” para o **entrevistado (III)**: declara “*a estrutura e recursos humanos e materiais estão em boas condições e oferecem o mínimo para o trabalhador desempenhar sua função*”. Porém o **entrevistado (V)** relata: “*divido a sala com outra profissional, tem um dia da semana que nossos horários se cruzam, vai da sorte quem chegar primeiro fica com a sala e a outra sai procurar uma sala desocupada para realizar o atendimento, mas já nos prometeram mudar logo*”. Podemos identificar que 57% dos entrevistados relatam ter condições de trabalho excelentes e razoáveis, já os demais 43% não apresentam condições adequadas de trabalho o que implica diretamente na satisfação e no bem estar do trabalhador, bem como na qualidade do atendimento na instituição.

Frutuoso; Cruz (2005) define situação de trabalho:

[...] conjunto complexo que inclui as condições físicas, químicas e biológicas do ambiente de trabalho; os aspectos técnicos; a organização prescrita e a organização real das atividades de trabalho, bem como a gestão das mesmas; a caracterização dos canais formais de comunicação e das relações interpessoais. (p.29)

Nesse sentido, percebemos a importância de ser realizado um levantamento dessas situações, afim de refletir a necessidade de mudanças na organização do processo de trabalho visando promover o conforto, bem estar e preservar a saúde do trabalhador, pois é de nosso conhecimento que essas vulnerabilidades em que os trabalhadores estão expostos repercutem no seu desempenho e conseqüentemente em toda a equipe.

No que está relacionado a sentir-se sobrecarregado sobre as suas funções os trabalhadores do SUS relatam: **entrevistado (IV)**: “*não me sinto sobrecarregada, tem momentos em que a sala está cheia mas tem momentos que está tranquila, são os momentos de pico*”, para o **entrevistado (III)** “*sim, totalmente sobrecarregada. Muitas vezes realizo funções que não me cabem, recebi folgas pelas horas extras que trabalhei sendo que nunca pude tirá-las pois comprometeria o meu trabalho, já que falta tempo para realizar tudo que é necessário*”, já para o **entrevistado (X)**: “*é sobrecarregado, eu gosto do que faço mas a gente se sente esgotada, pois aqui falta trabalhadores*”, para o **entrevistado (XI)**: “*me sinto sobrecarregada, pois o acúmulo de funções foram além do esperado por mim*”. Diante das respostas dos entrevistados identificamos uma sobrecarga acerca de suas funções, um

resultado bastante preocupante já que somente 14% relatou não se sentir sobrecarregado. Durante a entrevista pode-se perceber uma sensação de desabafo quando relatavam sobre suas funções as quais 45% dos entrevistados referiram-se à acúmulos de funções.

Segundo Frutuoso; Cruz (2005):

O conceito de carga de trabalho é uma evolução de dois outros termos: “fatores nocivos” e “fatores de risco”, utilizados por Oddone et al. para designar os riscos ocupacionais aos quais estão expostos os trabalhadores, capazes de produzir complicações à saúde, tendo em vista a organização e os processos de trabalho. (p. 29)

Diante disso, buscamos refletir a necessidade em compreender que a sobrecarga de trabalho, advinda de acúmulos de funções e excesso de horas trabalhadas refletem na condição do trabalhador para realizar as suas atividades diárias, ocasionando momentos de estresse que resultam na organização em suas relações de trabalho, bem como nas relações pessoais e familiares, pois precisamos respeitar nossas capacidades psicológicas e biológicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo mostrou a importância em conhecer a realidade do trabalhador bem como em promover ações de prevenção à saúde do trabalhador, a fim de detectar a satisfação e os impactos das condições de trabalho na saúde do trabalhador do SUS da região da AMURC.

Com os dados obtidos através deste estudo, identificou-se alguns fatores que interferem na qualidade de vida e bem estar dos trabalhadores do SUS e no processo de adoecimento cito: falta de privacidade, pois alguns trabalhadores relataram compartilhar a sala com outros trabalhadores; a centralização do poder decisório; desvios e acúmulos de funções; escasso apoio e incentivo para capacitações; ausência de ações para a prevenção e promoção da saúde do trabalhador; insatisfação com o salário e insatisfação com o modo de promoção nas instituições públicas.

Precisamos dar importância no processo saúde-doença e pensar na promoção e prevenção da saúde dos trabalhadores. Diante dos resultados mapeamos os desafios enfrentados pelos trabalhadores através das más condições de trabalho bem como as potencialidades contribuindo no planejamento dos gestores, assistentes sociais e demais trabalhadores a fim de assumir novos hábitos e condutas que irão interferir em maior atenção

a prevenção e promoção de saúde e conseqüentemente na qualidade de vida e bem estar dos trabalhadores do SUS da região da AMURC.

É importante destacar a necessidade de mais estudos acerca de levantamentos das reais condições dos trabalhadores do SUS para que possa fundamentar planos de ações aos gestores direcionado e de acordo com a realidade apresentada, verificando os resultados encontrados bem como buscando solucioná-los, objetivando a melhoria na qualidade de vida e bem estar dos trabalhadores. De acordo com os resultados o sucesso das ações de prevenção e prevenção na saúde dos trabalhadores do SUS depende dos atores envolvidos, que busquem de forma organizada atividades que contemplem suas insatisfações. Através dos dados obtidos com a pesquisa, o colegiado de saúde da região da AMURC pode identificar as áreas de insatisfação e desafios encontrados aos trabalhadores referentes as condições de trabalho afim de dar uma atenção especial ao trabalhador bem como realizar as mudanças necessárias.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Orgânica da Saúde nº 8080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm> Acesso em: 29/10/2015 às 15h00min.

Código de Ética do Assistente Social, CFESS, 2012.

FRUTUOSO, Joselma Tavares; CRUZ, Roberto Moraes. **Mensuração da carga de trabalho e sua relação com a saúde do trabalhador**. Ver. Bras. Med. Trab. Belo Horizonte, vol.3, nº1, p.29-36, jan-jul, 2005.

GOMEZ, Carlos Minayo; Machado, Jorge M. H.; PENA, Paulo G. L. (Orgs.). **Saúde do Trabalhador na sociedade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na cena contemporânea**. Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais, [200-], 46p.

MORESCO, Adriana Katia Ternes. **O serviço social no Poder Judiciário de Santa Catarina**. Considerações sobre trabalho e saúde dos assistentes sociais no judiciário catarinense. Vol. 1, n. 1, nov, p, 349- 360. Florianópolis: TJ/SC, 2009.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRYBOVSKI, Denize. **Documentos e Debates: Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios**. FEAC/UPF Passo Fundo, RS. RAC, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, Jul./ Ago. 2011.

